



**BNP PARIBAS
FACTOR**

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Relatório e Contas

2011



Índice:

- 1 – Relatório do Conselho de Administração
- 2 – Anexo ao Relatório do Conselho de Administração
- 3 – Balanço
- 4 – Demonstração de Resultados
- 5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 6 – Activos Tangíveis e Intangíveis
- 7 – Anexo às Demonstrações Financeiras
- 8 – Relatório e Parecer do Fiscal Único
- 9 – Certificação Legal das Contas



Relatório do Conselho de Administração

Senhores accionistas,

Nos termos da lei e os estatutos da nossa empresa submetemos à vossa apreciação, discussão e voto o Relatório e as Contas relativas ao exercício de 2011.

Enquadramento Internacional


Após a recuperação registada no ano 2010, a actividade económica mundial apresentou uma forte desaceleração no ano 2011, com grande impacto na evolução do PIB mundial e do comércio internacional de bens e serviços.

Esta desaceleração ocorreu de forma particularmente marcada nas economias mais avançadas (EUA, Japão e União Europeia). O forte crescimento ocorrido nos países asiáticos, América Latina e Rússia evitou, de algum modo, que a evolução global fosse ainda mais desfavorável.

A produção das principais economias encontra-se abaixo do seu potencial, afectada pelos graves desequilíbrios macroeconómicos criados nos anos mais recentes e pelas adversas condições económicas actuais. Tal situação é sentida de modo mais evidente nas economias da zona EURO. Com grande parte dos países a braços com programas de consolidação exigentes, com os sistemas financeiros muito fragilizados (uns e outros fortemente castigados pelas agências de rating internacionais), as economias estão sobre os efeitos de uma grande escassez de financiamento que condiciona o investimento e o consumo. O desemprego atinge números preocupantes e as economias mais avançadas não têm condições para desenvolver programas que contrariem as tendências recessivas existentes.

A «austeridade» enquanto meio para resolver o endividamento excessivo é a palavra mais referida pelos responsáveis políticos, mas cada vez mais vozes se levantam contra ela por receio de que se crie um ciclo recessivo que tenha o efeito contrário do que se pretende: o aumento do deficit e da dívida devido à diminuição das receitas dos impostos.

As taxas de juro têm-se mantido a níveis historicamente baixos na maior parte das economias avançadas.

1 
L 



A economia Portuguesa

Após o crescimento de 1.4% do PIB, registado no ano 2010, a economia entrou em recessão no primeiro semestre de 2011 (período em que decresceu 0.6%), devido ao efeito conjugado da redução de todas as componentes da procura interna. O processo recessivo aprofundou-se no decurso do segundo semestre de tal modo que o PIB registou, no ano, uma queda de cerca de 1.5%.

A economia, no decurso do primeiro semestre, desenvolveu-se num cenário de exigentes medidas de consolidação orçamental implementadas com o objectivo de evitar o pedido de resgate financeiro do País.

Contudo, o agravamento das condições de refinanciamento da dívida Portuguesa e a não aprovação do PEC 4 precipitaram a queda do Governo e o pedido de resgate financeiro do País, o qual veio a ser acordado em 3 de Maio.

Como contrapartida dos 78 mil milhões de euros aprovados a Portugal, foi exigido o aprofundamento das medidas de consolidação financeira, com destaque para o aumento do IVA e dos impostos sobre o rendimento, assim como para a cobrança de impostos de carácter excepcional. Foram, igualmente, acordadas diversas medidas tendentes à melhoria da competitividade da economia, com destaque para a diminuição dos salários dos funcionários públicos, e alterações profundas na legislação do trabalho.

Todas estas medidas tiveram como consequência uma redução drástica do consumo público e do consumo das famílias, agravando a tendência recessiva da economia.

Por outro lado, a rarefacção do crédito à economia motivado pelo afastamento dos Bancos internacionais e pela necessidade de desalavancagem dos Bancos Portugueses, reduziu o investimento e condicionou a actividade das empresas.

Não fosse o efeito positivo das exportações, que continuaram a apresentar uma evolução favorável, a recessão da economia teria sido ainda mais profunda.

Mesmo assim, o PIB regrediu 1.5% e o desemprego ultrapassou os 13% da população activa.

O mercado do factoring

O mercado atingiu um volume de negócios total de 27 879 096 K€, o que representa uma diminuição de 1.9% relativamente ao ano 2010. O factoring doméstico atingiu 18 034 829 K€, o factoring internacional e o confirming representaram, respectivamente, 2 326 255 K€ e 7 518 464 K€.

2
1
15
18/11



O factoring doméstico recuou para 64.7% do total, o factoring internacional representa 8.3% e o confirming estabilizou em 27% do total dos negócios do sector.

A evolução do sector teve duas etapas distintas:

- Um primeiro semestre em que o mercado cresceu 10.9% com as contribuições positivas de todos os segmentos (7.9% no domestico, 19.9% no internacional e 12.9% no confirming);
- Um segundo semestre desastroso, com uma diminuição do volume de negócios de 12.7% face ao mesmo período de 2010, em que somente o factoring internacional contribuiu positivamente (12.2%) e em que o factoring doméstico e o confirming decresceram, respectivamente, 16.3% e 9.5%.

Esta evolução é ainda mais desastrosa do parece numa primeira análise. Com efeito, no último trimestre do ano, que pode representar a tendência para o ano 2012, o volume de negócios do sector teve, relativamente ao mesmo período de 2010, uma queda ainda mais dramática: o valor total dos negócios do sector caiu 19%, com o factoring internacional a crescer somente 1.6% e com o factoring doméstico e o confirming a cair, respectivamente, 23.1% e 14.1%.

Muito mau augúrio para o ano 2012.

Evolução da Sociedade

No decurso do ano 2011, tal como anunciado no relatório do exercício 2010, completou-se um longo período de transformação da Sociedade iniciado com o processo de migração informática, seguida de uma profunda reorganização dos processos e ultimada com a estabilização de toda a estrutura funcional.

No ano 2011 completou-se este ciclo de mudança profundo com a melhoria da «formalização» dos processos.

Aproveitando as conclusões de uma auditoria ao Sistema de Controlo Interno, realizada no início de 2011, efectuou-se uma revisão completa do sistema de procedimentos e controlos, adequando-os às exigentes normas do Grupo. A Sociedade tem, agora, um sistema de controlo interno mais robusto, melhor preparado para prevenir o risco operacional e cumpridor das exigências do Grupo accionista e da autoridade de supervisão.

Volume de negócios

A Sociedade adoptou no exercício 2011 uma política comercial agressiva com vista à recuperação da quota de mercado perdida para as novas entidades que entraram no mercado nos últimos anos.

3 05-9
L P R



Após um primeiro semestre em que ainda se verificaram algumas dificuldades para fazer entrar novos clientes, a Sociedade viu coroada de êxito a sua estratégia e acção, conseguindo, no segundo semestre, um assinalável aumento dos negócios e uma excelente recuperação de quota de mercado.

Indicadores de actividade BNPP Factor (2011)												
	Doméstico			Internacional			Confirming			Total		
	Ano	1º semestre	2º semestre	Ano	1º semestre	2º semestre	Ano	1º semestre	2º semestre	Ano	1º semestre	2º semestre
Crescimento	8,5%	4,5%	11,9%	52,9%	47,5%	57,2%	0,1%	7,0%	-7,3%	16,4%	12,1%	20,1%
Quota de mercado	8,3%	6,9%	9,9%	20,6%	18,0%	23,1%	0,4%	0,4%	0,3%	7,2%	6,1%	8,4%

Em consequência do aumento de negócios da nossa Sociedade e da queda dos negócios do sector, a BNPP Factor registou, no quarto trimestre de 2011, uma quota de mercado de 9.2%, o que augura um ano 2012 de bom nível.

Proveitos de exploração

A sociedade registou um aumento de 5.8% das comissões cobradas, as quais atingiram os 4.402,3 k€, tendo os juros líquidos atingido 7.811,8 k€, o que tem subjacente um aumento de 48.6%.

O assinalável crescimento dos juros líquidos deveu-se à melhoria das condições de exploração e ao recebimento de juros com carácter não recorrente, referentes a processos pré contenciosos.

Custos de exploração

A Sociedade suportou, no período, alguns custos excepcionais ligados à finalização do seu processo reorganizativo.

Tal não impediu que o seu rácio «cost/income» tivesse apresentado uma melhoria muito significativa.

A ausência deste tipo de custos excepcionais, no futuro, permitirá a continuação da melhoria do referido rácio, que mede a eficiência da empresa, fazendo-o aproximar dos valores já alcançados em anos anteriores.

Custo do risco

Num ano difícil ao nível da sinistralidade, a empresa colheu os frutos da reorganização do dispositivo de controlo, tendo baixado o nível de sinistralidade.

Entendeu-se, porém, por razões de prudência, reforçar as provisões colocando-as a um nível julgado mais conveniente.



Perspectivas da economia Portuguesa para 2012

Portugal acabou por não conseguir suportar a pressão dos mercados e solicitou o seu resgate financeiro, juntando-se, assim, à Grécia e à Irlanda.

Encontra-se, desde então, sob os efeitos de um exigente plano de consolidação orçamental, visando a redução do deficit e da dívida pública. Foram aumentados os impostos indirectos, designadamente o IVA, reduzidos os salários dos funcionários públicos, «cortados» os subsídios de férias e de Natal de grande parte dos funcionários públicos e pensionistas.

Foram, igualmente, implementadas alterações de carácter estrutural tendentes ao aumento da competitividade da economia, de que se pode destacar importantes alterações ao código do trabalho.

Para além destas dificuldades causadas por estas medidas, a economia Portuguesa sofrerá, ainda, os efeitos negativos da falta de crédito, decorrente do desinvestimento no País por parte das instituições financeiras internacionais e da desalavancagem a que estão sujeitos os Bancos nacionais, que se encontram fragilizados por uma sinistralidade crescente, por enormes dificuldades de acesso ao financiamento e pela necessidade de melhorarem os seus rácios de fundos próprios para cumprirem as novas exigências das autoridades de tutela.

De tudo o referido está previsto um decrescimento do PIB superior a 3%, o aumento do desemprego e da sinistralidade económica.

Posicionamento da sociedade

A BNPP Factor iniciou a sua actividade em Novembro de 1987, sendo a primeira sociedade de factoring do Grupo.

Ao longo destes anos o Grupo BNP Paribas, através da constituição de novas sociedades e da aquisição de outras, criou uma rede europeia de sociedades de factoring, alcançando a liderança do sector.

Integrada neste Grupo, no ano em que completará 25 anos de actividade no País, a BNP Paribas Factor mantém o seu projecto de desenvolvimento no mercado Português do factoring e a sua ambição de aumentar a quota de mercado e de consolidar a sua posição no ranking do sector.

Continuará a privilegiar relações comerciais duradoiras com os clientes e manterá uma preocupação permanente de melhorar a qualidade dos seus serviços.

Face às perspectivas de aumento da sinistralidade, manterá a selectividade na selecção dos clientes e o rigor na execução das operações.

5
L A
V



Pelo Grupo a que pertence e pela experiência de que dispõe, procurará ser um factor de desenvolvimento dos negócios das médias empresas nacionais produtoras de bens e serviços transaccionáveis, de modo especial das exportadoras, assegurando-lhes financiamento competitivo, um processo de cobrança eficiente e um seguro de crédito adequado.

Inexistência de dívidas ao Estado e Segurança Social

Declara-se que não existem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Desde o encerramento do exercício até esta data não ocorreram factos cuja relevância justifique menção especial.

Gratificação aos colaboradores

O Conselho de Administração reconhece o trabalho esforçado dos colaboradores da Sociedade neste ciclo de transformação, agora findo.

Decidiu, pois, constituir uma provisão para gratificação aos colaboradores no montante total de 120.000,00 euros.

Proposta de distribuição de resultados

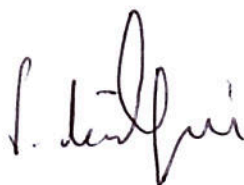
Nos termos da lei propomos a seguinte distribuição dos resultados do exercício, que foram de 1.746.006,80 €:

Para reserva legal..... 174.600,68 €

Para dividendos..... 1.571.406,12 €

Porto, 31 de Janeiro de 2012

 Conselho de Administração







ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para cumprimento do estipulado nos artigos nº 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, informamos:

Artigo 447º nº 5

- BNP Paribas, S.A.	2.629 600 acções
- Bozana Douriez Sorovic	100 acções
- Patrick de Villepin	100 acções
- François Laplace	100 acções
- Pierre Jacques Marie Hamy	100 acções

Artigo 448º nº 4

Accionistas com mais de metade do Capital Social:

- BNP Paribas, S.A.	99.98%
---------------------	--------

L

[Handwritten signature]



BNP PARIBAS FACTOR

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Base individual - NCA)

euros

		euros			
Rubricas	Notas Quadros anexos	2011			2010
		Valor Antes de provisões imparidades e amortizações	Provisões, Imparidades e amortizações	Valor Líquido	Líquido
		1	2	3 = 1 - 2	
Activo					
10+3300	Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.921,14		1.921,14	1.134,66
11+3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.116.120,37		3.116.120,37	124.626,28
152(1)+1548(1)+158(1)+16+191(1)-3713(1)	Activos Financeiros detidos para negociação				
152(1)+1548(1)+158(1)+17+191(1)-3713(1)	Outr.Activos financeiros ao justo valor através de resultados				
153+1548(1)+158(1)+18+192+34888(1)-35221(1)-3531(1)-53888(1)-3713(1)	Activos financeiros disponíveis para venda				
13+150+158(1)+159(1)+198(1)+3303+3310(1)+34018(1)+3408(1)-350-3520-5210(1)-35221(1)-3531(1)-5300-53028(1)-3710	Aplicações em instituições de crédito	13	12.000.000,00	12.000.000,00	14.000.000,00
14+151+1540+158(1)+190+3304+3305+3310(1)+34008+340108-34880-3518-35211-35221-3531-370-3711-3712-5210(1)-53018-530208-53880	Crédito a clientes	11	523.896.442,11	20.796.289,37	445.866.886,45
156+158(1)+159(1)+22+3307+3310(1)+3402-355-3524-3713(1)-5210(1)-53028(1)-5303	Investimentos detidos até à maturidade				
156+158(1)+159(1)+22+3307-3310(1)+3402-355-3524-3713(1)-5210(1)-53028(1)-5303	Activos com acordo de recompra				
21	Derivados de Cobertura				
25-3580-3713(1)	Activos não correntes detidos para venda	18	1.725.590,55	500.000,00	1.225.590,55
26-3581(1)-360(1)	Propriedades de investimento				
27-3581(1)-360(1)	Outros activos tangíveis	5	838.311,18	756.160,37	98.799,93
29-3582-3583-361	Outros activos intangíveis	5	93.445,57	93.445,57	5,99
24-357-3713(1)	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
300	Activos por impostos correntes		0,00	0,00	1.264.358,89
301	Activos por impostos diferidos	3	1.174.126,92	1.174.126,92	1.039.615,81
12+157+158(1)+159(1)+198(1)+31+32+3302+3308+3310+(1)+338+34018(1)+3408+(1)+348(1)-3584-3525-371(1)+50(1)(2)-5210(1)-53028(1)-5304-5308(1)+54(1)(3)	Outros Activos	16 e 18	3.094.994,57	3.094.994,57	2.529.508,10
TOTAL DO ACTIVO			545.940.952,41	22.145.895,31	466.150.526,66

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) - Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



BNP PARIBAS
FACTOR

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Base individual - NCA)

euros

Rubricas	Notas/ Quadros anexos	2011			2010
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Passivo					
38-3311(1)- 3410+5200+5211(1)+5318(1)					
43					
39-3311(1)-3411+5201 +5211(1)+5318(1)	12 e 13	360.477.867,37		360.477.867,37	313.351.743,83
40+41-3311(1)-3412-3413+5202 +5203+ 5211(1)+5310+5311					
42-3311(1)- 3414+5204+5211(1)+5312					
46-3311(1)-3415+5205 +5211(1)+5313					
44					
45					
47	15	4.300.236,93		4.300.236,93	3.593.759,44
490		0,00		0,00	0,00
491					
481					
48-481-3311(1)- 3416+5206+5211(1)+5314	13	7.987.978,97		7.987.978,97	7.987.978,97
51-3311(1)-3417-3418+50(1)(2) +5207+5208+5211(1) +528+538+5318(1)+54(1)(3)	16 e 18	75.825.228,07		75.825.228,07	66.813.258,95
Total do Passivo		448.591.311,34		448.591.311,34	391.746.741,19
55	26	13.150.000,00		13.150.000,00	13.150.000,00
602		43.477.700,00		43.477.700,00	43.477.700,00
57					
58+59					
60-602+61	26	16.830.038,96		16.830.038,96	16.724.922,68
-56					
64	26	1.746.006,80		1.746.006,80	1.051.162,79
-63					
Total de Capital		75.203.745,76		75.203.745,76	74.403.785,47
Total do passivo + Capital		523.795.057,10		523.795.057,10	466.150.526,66

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) - Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



BNP PARIBAS FACTOR

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Base individual - NCA)

euros

CODIGO DAS CONTAS		Notas/ Quadros anexos	2 0 1 1	2 0 1 0
79+80(1)+8120	Juros e rendimentos similares	6	10.621.059,34	6.810.086,40
66+67(1)+6820	Juros e encargos similares	6	-2.809.252,07	-1.553.172,52
82	Margem financeira		7.811.807,27	5.256.913,88
81(1)-812	Rendimentos de instrumentos de capital			
68(1)-6820	Rendimentos de serviços e comissões	7	4.955.307,85	4.624.209,82
	Encargos com serviços e comissões	7	-552.996,45	-464.357,07
-692-693-695(1)-696(1)-698+832	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo			
+833+835(1)+836(1)+838	valor através de resultados (líquido)			
89 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)			
-690+830	Resultados de reavaliação cambial (líquido)		-280,53	-6.926,54
-691-697-699(1)-725-726(1)-831	Resultados de alienação de outros activos			
+837+839(1)+843+844(1)				
-695(1)-696(1)-699(1)-75-720-721-722-723-725-726(1)	Outros resultados de exploração	10	1.404.217,78	211.105,93
-728+835(1)+836(1)+839(1)+840+843+844(1)+848	Produto bancário		13.618.055,92	9.620.946,02
70	Custos com o pessoal	8	-2.805.421,45	-1.933.225,61
71	Gastos Gerais administrativos	9	-2.469.625,41	-2.308.068,93
77	Depreciações e amortizações	5	-36.961,52	-37.624,60
781+783+784+785+786+788-881-883-884-886-888	Provisões líquidas de reposições e anulações	15	-706.477,49	-513.380,08
78000+78001+78010+78011+7820+7821+7822-	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a	15	-5.098.483,55	-3.367.612,14
-88000-88001-88010-88011-8820-8821-8822-848(1)	receber de outros devedores (líquida de reposições e anulações)			
760+7620+7618+76211+76221+7623+7624+7625	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e			
+7630+7641+765+766+78002(1)+78012(1)+7823	recuperações			
+7828(1)-870-8720-8718-87211-87221(1)-8723-8724				
-8726-8730-8741-875-876-88002(1)-88012(1)-8823	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações			
-8828(1)				
768+769(1)+78002(1)+78012(1)+7828(1)	Resultados antes de impostos		2.501.086,50	1.461.034,66
-877-878-88002(1)-88012(1)-8828(1)	Impostos			
65	Correntes		-889.590,81	-206.669,81
74-86	Diferidos	3 - J)	134.511,11	-203.202,06
-72600-7280+8480+84400	Resultados após impostos		1.746.006,80	1.051.162,79
	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
640	Resultado líquido do exercício		1.746.006,80	1.051.162,79

(1) - Parte aplicável do saldo desta rubrica

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2011**

	2011	2010
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
Resultado Líquido do Exercício	1.746.006,80	1.051.162,79
Amortizações e Depreciações	36.961,51	37.624,60
Provisões e Imparidade	5.562.486,08	457.253,42
(Aumentos) Diminuições de Activos Operacionais		
Crédito sobre Clientes	-61.515.153,39	-39.249.701,64
Outros Activos e Outras Contas de Regularização	698.971,68	1.200.978,66
Aumentos (Diminuições) de Passivos Operacionais		
Recursos de Instituições de Crédito	47.126.123,54	30.291.949,01
Outros Passivos e Outras Contas de Regularização	8.303.237,26	4.416.749,25
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	1.958.633,48	-1.793.983,91
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Aquisições de Imobilizações Corpóreas	-20.306,40	-27.281,58
Aquisições de Imobilizações Incorpóreas		
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	-20.306,40	-27.281,58
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Aumentos de Capital		
Dividendos e Gratificações de Balanço	-946.046,51	-3.381.309,93
Diminuição de Resultados Transitados		
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-946.046,51	-3.381.309,93
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	992.280,57	-5.202.575,42
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	14.125.760,94	19.328.336,36
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	15.118.041,51	14.125.760,94

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



ANEXO IV										
Unidade: Euro										
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS										
CONTAS	Saldo do Exercício de 2010		Aumentos			Transferências	Amortizações do Exercício	Regularizações	Abates (Líquido)	Valor Líquido em 31.12.2011
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Reavaliações (Líquido)						
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS										
Despesas de Estabelecimento										
Custos Plurianuais										
Sistemas de Tratamento Automático de Dados (Software)	93 243	93 237					6			0
Outras	203	203								
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS										
Imóveis de Serviço Próprio	406 394	356 684	10 414				19 381			40 743
Equipamento	393 962	362 521	26 643				17 575			40 509
Património Artístico	898									898
Outras Imobilizações Corpóreas										
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO										
Imóveis										
Equipamento	16 751					(16 751)				0
TOTALS	911 451	812 645	37 057				36 962		0	82 150

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

A Administração

O Técnico Oficial de Contas



Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2011

(Valores expressos em euros)

Introdução

A BNP Paribas Factor – Instituição Financeira de Crédito, S.A. foi constituída em 2 de Novembro de 1987 com a denominação social de BNP Factor – Companhia Internacional de Aquisição de Créditos, SA. Em 01/10/2007 assumiu a natureza jurídica de IFIC – Instituição Financeira de Crédito, alargando, estatutariamente, o âmbito dos negócios que pode realizar. Contudo, a BNP Paribas Factor, SA continuou a desenvolver no exercício em análise, exclusivamente, a actividade de factoring nas suas diversas configurações.

A Sociedade opera tanto no mercado nacional como no internacional (importação e exportação), estando integrada numa associação internacional de empresas de factoring (FCI) que se rege por normas e métodos de trabalho uniformes, através da qual são canalizadas as operações do mercado internacional.

A Sociedade é detida em 99,98% pelo BNP Paribas, S.A. (Grupo BNP Paribas – Nota 29) e, conseqüentemente, as suas operações e transacções são influenciadas pelas decisões do Grupo.

Nota 1 – Ajustamentos nas contas do exercício anterior

Não se verificaram quaisquer ajustamentos relativamente aos valores publicados nas Contas do exercício anterior.

Nota 2 – Políticas contabilísticas

2.1 - Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras e Contabilidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental da Sociedade, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, através dos Avisos 1/2005 e 4/2005.

Nota 3 – Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:



a) - Créditos e juros vencidos

Nesta rubrica estão incluídos os correspondentes valores vencidos há mais de 30 dias, estando desdobrados pelas respectivas classes de antiguidade.

b) - Contas em moeda estrangeira

Os saldos em moeda estrangeira foram ajustados aos câmbios de 2011.12.31, segundo o "fixing" do Banco de Portugal, conforme quadro seguinte:

Moeda	Valor
USD	1,2939
GBP	0,8353
NOK	7,7540
JPY	100,2000

c) - Activos intangíveis

A Sociedade regista nesta rubrica os custos de aquisição de programas informáticos, quando a sua utilização esperada se repercute para além do exercício em que a aquisição ocorreu.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo da vida útil esperada que, regra geral, corresponde a um período de 3 anos.

Os contratos de manutenção do software são reconhecidos como gasto de acordo com a sua vigência temporal.

d) - Activos tangíveis

Os activos tangíveis são activos utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua actividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhe são directamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os activos tangíveis nunca foram objecto de qualquer reavaliação.

As amortizações dos activos tangíveis são calculados segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização, que refletem a vida útil dos bens:

	Anos de vida útil
Mobiliário e Material	8
Máquinas e ferramentas	4 - 5
Equipamento Informático	4
Instalações Interiores	8 - 10
Equipamento de Segurança	10
Outro Material	8



e) - Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos com base no princípio da especialização dos exercícios, sendo registados nos períodos a que respeitam, independentemente do seu recebimento e pagamento, nos seguintes termos:

- Os juros de financiamentos bancários são calculados dia a dia sobre os valores financiados sendo imputados a gastos do exercício pela parte do período já decorrido.
- As comissões por serviços de factoring são especializadas de acordo com o período que decorre entre a cessão e o vencimento do crédito.
- Para as operações de factoring os juros são cobrados e registados como rendimentos, regra geral, mensalmente, sobre o montante adiantado e sempre imputados ao período a que respeitam.
- Na modalidade de "compras definitivas", o prémio recebido pela antecipação do pagamento é especializado como proveito de acordo com o período que decorre até à maturidade dos créditos adquiridos.
- Para os créditos considerados de cobrança duvidosa não são contados juros, sendo reconhecidos como proveitos apenas quando cobrados.

f) - Provisões para crédito de cobrança duvidosa, crédito e juros vencidos e para riscos e encargos

Provisão para crédito de cobrança duvidosa

A constituição de provisão para créditos de cobrança duvidosa, é determinada pelo entendimento do Banco de Portugal que considera que o conceito de prestação, descrito no número 4º - 1, alínea b) do Aviso 3/95, é, também, aplicável actividade de factoring.

Englobam-se neste caso, os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a sua reclassificação prevista na alínea a), o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, excederem 25% do crédito total, acrescido de juros vencidos. Estes créditos são provisionados com base na aplicação de metade das taxas de provisionamento aplicável aos créditos vencidos.

Provisão para crédito e juros vencidos

Esta provisão é constituída para fazer face ao risco de incobrabilidade dos créditos tomados e juros que se encontrem vencidos há mais de 30 dias. O montante provisionado é em função do período decorrido após o respectivo vencimento, de acordo com o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, com a revisão dada pelo Aviso 8/2003, de 28 de Fevereiro, encontrando-se a respectiva provisão reflectida como uma redução do activo

Provisão para riscos gerais de crédito

É uma provisão de natureza geral, destinada a fazer face a riscos de crédito vincendo não identificados especificamente, encontrando-se a mesma reflectida no passivo, no



âmbito da provisão para riscos e encargos (Nota 9), sendo determinada através da aplicação de uma percentagem de 1% sobre o total do crédito concedido pela Sociedade (factoring sem recurso) e sobre o total dos adiantamentos concedidos e (factoring com recurso adiantado), excluindo o considerado no âmbito da provisão para crédito e juros vencidos e os créditos relativos a devedores pertencentes ao universo da Administração Central definido pelo Banco de Portugal.

Imparidade para Activo não Financeiro :

Este montante destina-se a fazer face a uma hipotética desvalorização dos terrenos provenientes da dação em cumprimento da "Turreal", encontrando-se a mesma também reflectida como redução do activo.

g) - Férias e subsidio de férias

Está considerado na rubrica "Encargos a Pagar – Por Gastos com o Pessoal" o valor correspondente às férias e respectivo subsídio, a pagar no ano de 2012.

h) – Registo de operações de factoring

Factoring sem recurso

As facturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes ou Congéneres no estrangeiro para cobrança são registadas no activo, na rubrica "Créditos a Clientes", por contrapartida da rubrica "Credores Por Contratos de Factoring".

Factoring com recurso

De acordo com as disposições constantes na Instrução nº 2/98, de 16 de Fevereiro, do Banco de Portugal, nas operações de factoring com recurso, os valores adiantados aos Aderentes estão registados no activo na rubrica "Créditos a Clientes", sendo os valores sem adiantamento registados em rubricas extrapatrimoniais.

A Sociedade efectua adiantamentos contratuais aos Aderentes tendo como limite o valor dos créditos tomados nas operações de factoring susceptíveis de adiantamento, isto é, créditos líquidos de juros e comissões e de uma percentagem da facturação cedida que, contratualmente, não é passível de adiantamento.

i) - Risco de crédito

O risco de crédito envolvido nas operações de factoring pode ser integralmente assumido pela Sociedade, caso em que as operações são denominadas sem recurso. Contudo, a Sociedade ressegura numa Companhia de Seguros a carteira sem recurso, com excepção da Administração Central, dividindo desta forma o risco das respectivas operações, incluindo a exportação.

As operações em que o risco de crédito é assumido pelo Aderente (operações nacionais) ou pela Congénere no estrangeiro (operações de importação), são consideradas operações com recurso.



j) – Impostos diferidos

O Imposto sobre o Rendimento (IRC) contabilizado na demonstração dos resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2011 encontra-se ajustado pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos.

O detalhe dos montantes e natureza dos activos por impostos diferidos registados em 31 de Dezembro de 2010 e o movimento ocorrido no exercício findo é resumido de acordo com o quadro seguinte:

Activos por impostos diferidos	Saldos em 31 de Dezembro de 2010	Demonstração dos resultados		Saldos em 31 de Dezembro 2011
		Aumento no exercício	Diminuição no exercício	
Provisões, Imparidade e diferenças temporárias	1.039.616	134.511		1.174.127

Passivos por impostos diferidos:

A empresa não tem passivos por impostos diferidos.

k) - Aplicações por recuperação de créditos

Esta rubrica corresponde a um imóvel (terreno urbano) que veio à posse da Sociedade para regularização de créditos concedidos, encontrando-se registado na rubrica de "Activos não Correntes Detidos para Venda"

Nota 4 - Inventário da Carteira de Títulos.

A sociedade não tem carteira de títulos no seu activo, conforme anexo III.

Nota 5 – Movimento e Saldos dos Activos Tangíveis e Intangíveis

É apresentado em separado o Anexo IV.



Nota 6 – Juros – Rendimentos e Encargos Similares

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31/12/2011	31/12/2010
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de Depósitos à Ordem	2.803	1.138
Juros de Aplicações	621.567	714.475
Juros de Crédito Interno		
Com Recurso	9.996.689	6.054.245
Sem Recurso		40.229
	10.621.059	6.810.087
Juros e Encargos Similares		
Juros de Recursos Alheios		
Juros de Depósitos à ordem	21.196	4.537
Empréstimos de Curto Prazo	2.647.737	1.426.819
Empréstimos Subordinados	139.519	93.570
Outros Empréstimos	800	28.247
	2.809.252	1.553.173
Margem Financeira	7.811.807	5.256.914

Nota 7 – Comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2011	31/12/2010
Comissões Recebidas Por Operações de Factoring	4.938.639	4.623.786
Outras Comissões Recebidas	16.669	441
	4.955.308	4.623.768
Comissões Pagas		
Comissões por Serviços Bancários Prestados	552.996	464.357

Nota 8 – Custos com o Pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2011	31/12/2010
Remuneração dos Órgãos de Gestão e Fiscalização	98.522	446.245
Remunerações dos Empregados	1.337.526	1.012.194
Encargos Sociais Obrigatórios	341.046	326.433
Outros Custos com o Pessoal	1.028.328	148.354
	2.805.422	1.933.226

**BNP PARIBAS****FACTOR**

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Nota 9 – Gastos Gerais e Administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2011	31/12/2010
Água, Energia e Combustíveis	54.413	36.190
Material de Consumo Corrente	27.374	41.724
Rendas e Alugueres	116.027	97.558
Comunicações	120.746	122.469
Deslocações, Estadas e Representação	21.730	29.766
Publicidade e Publicações	12.981	6.320
Conservação e Reparação	39.089	34.350
Seguros	565.096	634.256
Serviços Especializados	1.176.953	965.042
Serviços Externos e ACE	303.979	308.374
Outros Gastos Diversos	31.237	32.020
	2.469.625	2.308.069

Nota 10 – Outros Resultados de Exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2011	31/12/2010
Outros Ganhos de Exploração		
Ganhos em Operações Financeiras	16	8
Ganhos em Activos Tangíveis – Mais-Valias		
Reembolso de Despesas	5.573	2.374
Recuperação de Crédito	30.974	8.191
Reembolso e Excesso de Estimativa de IRC		
Rendimentos por Prestação de Serviços	246.350	187.938
Outros Proveitos de Exploração	1.355.334	84.521
	1.638.247	283.032
Outros Custos de Exploração		
Impostos Indirectos		
Imposto de Selo		180
Imposto sobre Transportes Rodoviários	228	232
Impostos Directos		
Imposto Municipal sobre Imóveis	159	159
Contribuição Sobre o Sector Bancário	154.780	
Rendas de Locação Operacional	62.782	57.818
Quotizações e Donativos	12.130	11.282
Perdas Realizadas	1.822	
Multas, Juros de Mora e Compensatórios	175	2.024
Outros Custos de Exploração	1.937	1.586
	234.013	71.918

A rubrica "Outros Proveitos de Exploração", refere-se ao desconto obtido na compra definitiva de créditos. Este prémio é periodizado tendo em conta o prazo médio de vencimento dos créditos adquiridos.



Nota 11 - Créditos a Clientes

Em 31 de Dezembro de 2011, este saldo tem a seguinte composição:

Créditos tomados de curto prazo:

	<u>Com recurso</u>	<u>Sem recurso</u>	<u>Total</u>
- Crédito não vencido	56.025.237	389.048.850	445.074.087

Crédito de Cobrança Duvidosa

< 3 meses	8.972.352
Entre 3 e 6 meses	471.179
Entre 6 e 9 meses	4.999
Entre 9 e 12 meses	9.811
Entre 12 e 15 meses	22.268
Entre 15 a 18 meses	0
Entre 18 a 24 meses	1.693
Entre 24 a 30 meses	0
	<u>9.482.302</u>
Provisão para crédito de cobrança duvidosa	(165.530)

Crédito e juros vencidos

Crédito concedido sobre Administração Central e Local	8.988.376
Crédito concedido sobre outras entidades:	
< 3 meses	29.107.640
Entre 3 e 6 meses	11.276.289
Entre 6 e 9 meses	3.685.980
Entre 9 e 12 meses	1.632.940
> 12 meses	14.648.828
	<u>69.340.053</u>
Provisão para crédito e juros vencidos	(20.630.759)
	<u>503.100.153</u>

De acordo com o artigo 15º nº. 1.1 do Aviso 3/95, de 30 de Junho, com a revisão dada pelo Aviso 8/2003, de 28 de Fevereiro, os créditos concedidos a entidades da Administração Central e a entidades cujos créditos estejam garantidos pelo Estado Português não são passíveis de constituição de provisões para riscos específicos e gerais de crédito, pelo que a Sociedade não constituiu qualquer provisão para esses créditos.

[Handwritten signatures and initials]



Em 31 de Dezembro de 2011, o montante das facturas tomadas relativamente a contratos com recurso que não foram objecto de adiantamento ascende a euros 45.361.072, o qual se encontra registado na rubrica extrapatrimonial "Contratos com recurso – Facturas não financiadas".

Trinta dias após o vencimento das facturas ou outros documentos, a Sociedade transfere os respectivos valores para crédito vencido. Adicionalmente, no caso de operações de factoring com recurso, os montantes em dívida poderão ser devolvidos ao Aderente após 90 dias da data de vencimento (com excepção do Sector Público Administrativo)

Em 31 de Dezembro de 2011, a antiguidade do crédito vencido era a seguinte:

Até 90 dias	30.185.361
De 90 a 180 dias	11.396.077
De 180 a 270 dias	3.861.895
De 270 dias a 1 ano	2.217.886
Mais de 1 ano	(a) 7.151.199
Contencioso e Preocupantes	14.527.635
	<u>69.340.053</u>

(a) – Este montante refere-se a créditos sobre a Administração Central e a empresas ou organismos de capitais públicos, tais como EP's e EPE's.

Em 31 de Dezembro de 2011, os adiantamentos realizados aos clientes da Sociedade ascendiam a, aproximadamente, 80,6% do total dos créditos em carteira nessa data. A sua distribuição era a seguinte:

Adiantamentos	
Sem recurso	391.179.470
Com recurso	56.025.237

Para fazer face a problemas de realização do crédito concedido, em 31 de Dezembro de 2011, a Sociedade dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito, para crédito não vencido, no montante de euros 4.300.237 euros, registada no âmbito das provisões para riscos e encargos, de acordo com as regras de provisionamento do Banco de Portugal.

Nota 12- Débitos para com instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>À vista</u>	
Descobertos bancários	448.144
<u>A curto prazo</u>	
Hot Money	359.992.671
Desconto de letras	37.052
	<u>360.029.723</u>
	<u>360.477.867</u>






Estes empréstimos vencem juros a Taxas de Mercado.

Os montantes dos débitos correspondentes aos "Recursos de Outras Instituições de Crédito" desdobrados em função da sua duração residual, pelos seguintes prazos:

Débitos para com instituições de crédito

- Até 3 meses	360.477.867
- De 3 meses a 1 ano	-
- De 1 ano a 5 anos	-
- Mais de 5 anos	-
- Duração Indeterminada	-

Nota 13 - Transacções com Entidades Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2011, os principais saldos e transacções mantidos com entidades do Grupo BNP Paribas eram os seguintes:

BALANÇO

Activo:	
. Disponibilidades em outr. Instit.crédito	2.247.064
. Aplicações em outras instituições de crédito	12.000.000
. Juros de Aplicações em outras instit.crédito	238.168
Passivo:	
. Recursos de outras instituições de crédito	360.466.308
. Outros passivos	304.601
. Passivos subordinados	7.987.979

A rubrica "Aplicações em outras instituições de crédito" refere-se a uma aplicação de macro cobertura de 12.000.000 de euros a 10 anos, efectuada em 2007, com pagamento de juros e reembolso de 2.000.000 de euros anualmente. A liquidação ocorrerá até 2017/07/30.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

. Juros de Aplicações	621.567
. Juros e encargos similares	2.809.252
. Outras comissões pagas	213.612
. Outros encargos e gastos operacionais	684.922

**BNP PARIBAS****FACTOR**

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Débitos a empresas coligadas incluídos na rubrica Recursos de Outras Instituições de Crédito:

- À vista.	448.144
- Até 3 meses	360.029.723
- De 3 meses a 1 ano	-
- Mais de 1 ano	-

Nota 14 - Empréstimos Subordinados

Esta rubrica refere-se a dois empréstimos não titulado de euros 4.987.979 e 3.000.000, com cláusula de subordinação, obtidos junto do BNP Paribas, nos termos do Aviso nº 12/92, de 29 de Dezembro de 1992.

- Amortização:

Só poderão ser reembolsados por iniciativa da mutuária e com pré-acordo do Banco de Portugal.

Estes empréstimos vencem juros trimestrais e postecipados à taxa de juro Euribor a 90 dias acrescida de um "spread" de 0,4%.

Como passivos subordinados com vencimento indeterminado, estes empréstimos são considerados para efeito de determinação dos fundos próprios da Companhia, de acordo com a legislação do Banco de Portugal.

Nota 15 - Provisões e Imparidade:Provisões:

O movimento ocorrido nas provisões durante o exercício de 2011 foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforços	Reposições	Utilizações	Saldo final
Crédito de Cobr. Duvidosa	616.155	16.203	466.828	-	165.530
Crédito vencido	15.324.126	8.280.309	2.731.201	242.475	20.630.759
Riscos gerais de crédito	3.593.759	1.109.308	402.830	-	4.300.237
	19.534.040	9.405.820	3.600.859	242.475	25.096.526

Imparidade:

	Saldo Inicial	Reforços	Reversões	Saldo final
Imparidade – Activos não Financeiros detidos para Venda	500.000	-	-	500.000

Em 31 de Dezembro de 2011, a Imparidade Acumulada existente, referente a "Activos não Financeiros Detidos para Venda" refere-se à desvalorização estimada pelo Conselho de Administração no valor de realização de um imóvel detido em dação em cumprimento.

**BNP PARIBAS****FACTOR**

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Nota 16 - Acréscimo e Diferimento de Proveitos e Custos e Outras Contas de Regularização:

- Saldos das seguintes contas:

- Rendimentos a Receber	748.068
- Despesas com Encargo Diferido	22.623
- Outras contas de regularização – Activo	<u>2.233.628</u>
	<u>3.004.319</u>
- Encargos a Pagar:	
De Recursos de Inst. Crédito	32.036
Por Gastos com o Pessoal	357.079
De Outros Encargos a Pagar	645.173
- Receitas com Rendimento Diferido	2.508.149
- Outras contas de regularização – Passivo:	
De valores cobrados	3.415.364
Diversas Operações a Regularizar	<u>3.023.174</u>
	<u>9.980.975</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de "Outras Contas de Regularização - Activo", inclui, como valores mais relevantes, o montante de 916.441 euros referente a cheques pré-datados imputados antecipadamente a facturas, 876.079 euros de juros a debitar aos Aderentes dos adiantamentos de Dezembro, 30.403 euros de Imposto de Selo sobre os referidos juros, 101.000 euros de imposto de selo estimado, pela utilização de crédito durante o mesmo período, 134.189 euros referentes a diversos gastos no loteamento do terreno da "Turreal".

Também em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica "Valores Cobrados" refere-se a cheques e transferências, recebidos de devedores nos últimos dias do mês, que se encontravam a aguardar a imputação às facturas respectivas. A maior parte deste montante foi regularizado durante os primeiros dias de Janeiro de 2012 por contrapartida da rubrica "Créditos a Clientes".

Relativamente à rubrica de "Outras Contas de Regularização – Passivo", expressa, como valores mais relevantes, os montantes de 1.653.793 referentes cobranças e juros não imputados devido a divergência de interpretação dos valores recebidos (a Companhia considerou uma parte do pagamento como juros pelo atraso, enquanto o devedor entende que efectuou a liquidação do capital), 37.826 euros de estimativa de comissões a pagar às correspondentes, 1.084.512 euros referentes a cheques emitidos aos Aderentes em 30 de Dezembro e cujo desconto bancário ocorrerá em 2 de Janeiro de 2012.

Nota 17- Capital

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital da sociedade de 13.150.000 euros, está representado por 2.630.000 acções de valor nominal de 5 euros, encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

O capital subscrito é detido em 99,98% pelo BNP Paribas, S.A..

**BNP PARIBAS****FACTOR**

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Nota 18 - Activos não Correntes detidos para Venda e Outros Activos e Passivos

Natureza e valor dos principais elementos patrimoniais que integram a rubrica "Activos não Correntes detidos para Venda" do activo e "Outros Passivos":

• Activo	
- Activos não correntes detidos para venda:	
- Imóveis	1.725.591
- Devedores e Outras Aplicações	90.675
• Passivos:	
- Outros Fornecedores	44.094
- Credores por Contratos de Factoring	64.679.582
- Sector Público Administrativo	<u>1.120.577</u>
	<u>65.844.253</u>

O montante registado em "Activos não Correntes detidos para Venda" corresponde a um imóvel recebido de um devedor (Turreal – Imobiliária, S.A.) em dação em pagamento, o qual foi avaliado, em Junho de 2011, por uma empresa independente em euros 2.157.000, estando este registado pelo valor líquido contabilístico de euros 1.225.591.

Nota 19 - Número médio de trabalhadores ao serviço distribuídos por grandes categorias profissionais

- Administração / Direcção	6
- Enquadramento	7
- Outras funções	<u>21</u>
Total	<u>34</u>

Nota 20 – Remunerações atribuídas aos Órgãos de Gestão e Fiscalização

O montante das remunerações atribuídas aos órgãos de Administração e de Fiscalização durante o exercício de 2011, foi o seguinte:

- Conselho de Administração	68.210
- Fiscal Único	30.312

Não existem quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma, nem se verificaram adiantamentos, créditos ou compromissos relativamente aos membros dos órgãos sociais.



Nota 21 – Valores expressos em moeda estrangeira

Os montantes expressos em moeda estrangeira convertidos na moeda em que as contas anuais são estabelecidas, euros, são os seguintes:

- Activo	15.162.630
- Passivo	12.800.634

Nota 22 – Elementos da Demonstração de Resultados e do Balanço ventilado por linhas de negócio e por mercados geográficos

Como a actividade principal da Sociedade, factoring dirigido a empresas, é desenvolvida exclusivamente em Portugal, todos os proveitos gerados resultam de operações aqui realizadas, muito embora uma parte dos mesmos tenham sido obtidos em operações de importação e exportação.

Nota 23 - Empréstimos Subordinados:

Juros Acrescidos 2010 (1)	Juros Imputados (2)	Juros Acrescidos 2011 (3)	Juros Pagos (4) = (1)+(2)-(3)
4.000	139.519	5.501	138.018

Nota 24 - Impostos

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) às taxas normais e correspondentes Derramas (normal e estadual).

Nos termos do Artigo 88º do Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Sociedade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de gastos, às taxas previstas no Artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2002, inclusive, 5 anos após essa data e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2008 a 2011 poderão vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correcções resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão, contudo, um impacto relevante nas demonstrações financeiras anexas, tanto mais que o exercício de 2008 foi, em 2010, objecto de inspecção efectuada pela Administração Fiscal Tributária, sem que tenha havido qualquer correcção.

Nota 25 – Consolidação das Contas da Sociedade

As contas da sociedade são abrangidas pela consolidação da BNP Paribas, com sede em 16, bd des Italiens, Paris, França.



Nota 26 - Movimento na Situação Líquida

O movimento ocorrido nas rubricas da situação líquida durante o exercício de 2011 foi o seguinte:

	Capital Subscrito	Reservas e Resultados Transitados				Lucro líquido Do exercício
		Legal	Livres, Pr.Emissão e Imp.Diferidos	Resultados Transitados	Total	
SalDOS em 31/12/2010	13.150.000	4.646.191	55.556.432	-	60.202.623	1.051.163
Aplicação do Resultado de 2010	-	105.117	-	-	105.117	(105.117)
Dividendos	-	-	-	-	-	(946.046)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	<u>1.746.007</u>
SalDOS em 31/12/2010	13.150.000	4.751.308	55.556.432	-	60.307.740	1.746.007

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 171/95 de 18 de Julho, a Sociedade deverá constituir uma reserva legal, correspondente a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até à concorrência do valor do capital social. Esta reserva só poderá ser utilizada em determinadas circunstâncias para cobertura de prejuízos ou para aumentar o capital.

Nota 27 - Sector Público Administrativo

Em 31 de Dezembro de 2011 o detalhe dos saldos relacionados com o Sector Público Administrativo é como segue:

SalDOS Devedores

IRS – Sobretaxa Extraordinária 727

SalDOS Credores

IRC – A Pagar 733.126
IVA – A Pagar 99.100
Retenções de impostos sobre o rendimento 34.328
Retenções de imposto de selo 207.055
Contribuições para a Segurança Social 47.786



BNP PARIBAS
FACTOR

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Nota 28 - Compromissos perante terceiros e não incluídos no Balanço

Em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa tinha compromissos revogáveis (não vinculativos), referentes a linhas de crédito não utilizadas pelos seus Aderentes no montante de 337.974.935 Euros.

Porto, 31 de Dezembro de 2011

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, a actividade da **BNP Paribas Factor - Instituição Financeira de Créditos, S.A.**, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

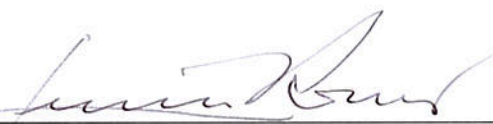
O Balanço, a Demonstração dos Resultados Líquidos, o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Líquidos, a Demonstração dos Resultados Líquidos, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer :

- 1º. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos Resultados Líquidos, o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Líquidos, a Demonstração dos Resultados e Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.
- 2º. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Porto, 15 de Fevereiro de 2012

O FISCAL ÚNICO



MAZARS & Associados, SROC, S.A.
representada por
Justino Mendes do Santos Romão (ROC nº 379)

RUA GENERAL FIRMINO MIGUEL, 3, TORRE 2 - 1º A/B, 1600-100 LISBOA, PORTUGAL
TEL.: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARSLISBOA@MAZARS.PT
RUA DO CAMPO ALEGRE, 830, 3º - S14, 4150-171 PORTO, PORTUGAL
TEL.: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: MAZARSPORTO@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
INSCRIÇÃO Nº 51 NA OROC - REGISTADA NA CMVM SOB O Nº 1254 - REGISTADA NA CRC LISBOA - NIPC 502 107 251 - CAPITAL SOCIAL 102.000,00 €

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **BNP Paribas Factor - Instituição Financeira de Créditos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 523 795 057 Euros e um total de capital próprio de 75 203 746 Euros, incluindo um resultado líquido de 1 746 007 Euros), as Demonstrações dos resultados e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **BNP Paribas Factor - Instituição Financeira de Créditos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2012



MAZARS & Associados, SROC, S.A.

representada pelo **Justino Mendes do Santos Romão** (ROC nº 379)